

Com ou sem o PMDB, um acordo necessário.

Ao término de sua visita de alguns dias aos Estados Unidos, onde negociou com nossos credores e manteve importantes contatos com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, com o presidente do Bird, Barber Conable, com o secretário do Tesouro dos EUA, James Baker III, e com o presidente do Federal Reserve Board, Paul Volcker, o ministro Bresser Pereira declara-se convencido de que um acordo com o FMI é uma decisão que deve ser tomada para o bem do País. Não importa se esse acordo acontecerá antes ou depois dos entendimentos formais com os bancos credores, como quer o ministro, para dobrar a resistência dos chefes do PMDB, porque o essencial é a conclusão de que o reinício do fluxo de recursos externos indispensáveis para o desenvolvimento da nossa economia passa necessariamente pelo aval do FMI ao Plano de Controle Macroeconômico.

29 JUL 1987

Diante da absoluta clareza dessa conclusão, o problema de ir ou não ao FMI deixa de ser do PMDB para transformar-se numa deliberação a ser tomada pelo governo brasileiro. Ou seja, o ministro Bresser Pereira, como principal responsável pela política econômica, deve propor o acordo com o Fundo ao presidente da República e a ninguém mais. Trata-se de uma questão vital para a continuidade do processo de desenvolvimento econômico brasileiro que é da alçada exclusiva dos presidentes nos regimes presidencialistas. O ministro, portanto, jamais deveria falar em submeter esta questão aos chefes do seu partido, mesmo que o seu partido fosse capaz de apresentar alguma posição definida sobre qualquer tema que não sofresse contestação da maior parte dos seus próprios quadros, passando, assim, a merecer o nome de partido, e mesmo que se concedesse aos seus chefes os adjetivos que o ministro generosamente lhes atribui ("inteligência e racionalidade"), coisa que a situação por eles criada e da qual o sr. Bresser Pereira se esforça, neste momento, por deslindear o Brasil, absolutamente não autoriza...

Aliás, o fato de o ministro da Fazenda insistir em propor aos credores comerciais um acordo antes de uma carta de intenção do País ao FMI só mostra a sua preocupação com a enxurrada de sandices que terá de ouvir dos seus companheiros de aglomerado político, se o organismo internacional insistir nos trâmites normais, o que confirma a nossa impressão de que ele foi excessivamente generoso ao adjetivá-los...

Ainda é cedo para saber se os bancos credores aceitarão as condições anunciadas pelo sr. Bresser Pereira, pois até aqui o normal tem sido a apresentação de um programa de ajustamento econômico ao FMI e a assinatura de uma carta de intenção para, só então, se chegar a um acordo com os bancos comerciais. Esta viagem do ministro Bresser Pereira — a parte confirmar para a comunidade financeira internacional que houve uma mudança de 180 graus para melhor na gestão da política econômica brasileira depois da substituição do onírico ex-ministro Dilson Funaro — não foi suficiente para eliminar todos os estragos por ele infligidos à imagem do Brasil. O País e seu governo ainda não contam com a confiança dos credores privados, dos governos dos países industrializados e dos dirigentes dos organismos multilaterais, o que, aliás, não é de se estranhar: afinal, este governo não conta sequer com a confiança dos próprios brasileiros e, portanto, não seria justo esperar que nossos credores estrangeiros pensassem diferente de nós mesmos.

Assim, a comunidade internacional deverá insistir na garantia de um fiador, no caso, o FMI. Pode-se, no entanto, esperar alguma flexibilidade quanto às regras até hoje vigentes pois, como disse o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, o que realmente preocupa os credores é a manutenção de uma política econômica que permita a realização de crescentes superávits comerciais, pois esta é a única forma que o País tem para saldar os compromissos da dívida.

Quanto à supervisão das políticas internas que permitam alcançar estes superávits, as dúvidas que persistem lá fora são as mesmas que persistem aqui dentro, expressas recentemente por um dos "pais do Cruzado", o economista Francisco Lopes, em entrevista à revista Veja. Assim, tanto para os brasileiros quanto para os credores estrangeiros, o governo da "Nova" República terá de provar com atos e números as promessas que faz de voltar à seriedade e à austeridade.

Teoricamente, não existe nenhum obstáculo a um acordo com o FMI. O País já tem um plano econômico, aprovado pelo PMDB, plano este que "não abre mão" do crescimento econômico e que coincide no essencial com as tradicionais "receitas" do FMI. Além disso, o próprio diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, já disse mais de uma dezena de vezes que o organismo está revendo todos os seus programas de ajustamento econômico "para dar mais ênfase ao crescimento e à luta contra a pobreza". Essa mudança de enfoque foi reafirmada por Camdessus na VII Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas (Unctad), na qual ele declarou que os ajustes orientados para o crescimento não implicam necessariamente rebaixamento dos padrões de vida. Para o diretor-gerente do FMI, "quanto mais as realidades sociais pesarem nos programas, em especial suas consequências para os pobres, maiores probabilidades de êxito eles terão".

Isso significa, na verdade, que o FMI, não obstante algumas divergências sobre a dimensão do déficit público, não tem qualquer motivo para rejeitar o plano econômico que o Brasil, de forma soberana, elaborou para evitar a recessão e garantir a normalização do seu relacionamento com a comunidade financeira internacional. As restrições do FMI em relação ao déficit previsto pelo ministro Bresser Pereira não constituem, como já dissemos, surpresa nenhuma, pois são as mesmas apontadas até por co-autores do plano, como Francisco Lopes, que, preventivamente, levanta dúvidas sobre a real intenção deste governo de cumprir a sua parte na luta para diminuir o déficit público, cortando suficientemente os seus gastos.

Assim, o PMDB não tem mais nenhum argumento "inteligente ou racional" (se é que, os teve algum dia) para manter a sua posição confessionalmente "dogmática" em relação ao FMI. Quem defende um acordo com este organismo não é outro senão o ministro indicado pelo partido, que elaborou um plano aprovado pelo partido que, como vimos, tem todas as chances de contar com a aprovação do Fundo. A decisão desse ministro de firmar um acordo com o FMI — que, entre outras coisas, vai garantir o acesso do Brasil a boa parte dos 30 bilhões de dólares que o Japão está oferecendo aos países endividados e a retomada dos investimentos estrangeiros essenciais ao desenvolvimento da nossa economia — só nos vai ajudar a sair do abismo a que fomos lançados pela falta de inteligência e racionalidade pregressa do "dogmático" PMDB, sem nos impor nada que nos mesmos já não nos tenhamos imposto em matéria de sacrifícios, com vistas à racionalização da nossa gestão econômica. Tudo o mais que for dito a respeito não merece crédito das pessoas de bom senso e deve ser posto na conta dos que não merecem os adjetivos que o ministro Bresser Pereira empresta às lideranças peemedebistas com tanta generosidade.

Portanto, só resta o governo Sarney tomar a decisão de a quem doar. Aliás, já passou da hora de que as cores comecem a doar em quem as merece, neste injusto País.